

NCE - Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Poder Judiciário – Técnico Judiciário I - 2005

A VERDADE E A FANTASIA

Um espectro ronda a Justiça brasileira neste final de ano: a Reforma do Judiciário. Espectro porque a realidade do Judiciário e a necessidade da sua reforma foram, nos últimos meses, deformados pelo “manto diáfano da fantasia”.

Comemoramos o nosso dia (8 de dezembro) sob o fogo cruzado da má-vontade e da desinformação. O Judiciário não pode ser culpabilizado pelo que a mídia chama com exagero de impunidade. A polícia não prende, não investiga e nós, presos à aplicação da lei, pagamos o pato. Além disso, há um cipal de leis, medidas provisórias e atos normativos que acabam por atravancar nossos corredores.

Temos oferecido à sociedade idéias e propostas de melhoria da prestação de Justiça. Um exemplo: o julgamento virtual, que acelera a tramitação, elimina papel e dispensa deslocamentos de advogados. Quanto ao apregoado controle do Judiciário, pensamos que deveria antes vir de dentro que de fora, pelo ajuste de normas e práticas processuais, bem como pela supervisão sistemática. A autonomia financeira deu ao nosso Tribunal a possibilidade de ser um dos melhores do país: um dos mais ágeis e seguros, em condições objetivas de enfrentar o descrédito geral da Justiça.

A autonomia dos poderes – lembremos ainda uma vez – é a única garantia que temos da estabilidade da República e, em última instância, da continuidade do regime democrático – o pior de todos, com exceção dos outros. Falar em cidadania é falar em Judiciário. Em muitas sociedades tradicionais a norma de estabilidade é a do “poder trava poder”. Ao invés do controle externo, sempre perigoso, talvez se pudesse confiar mais nesse controle sistêmico. De resto, temos à disposição diversos mecanismos endógenos, eficazes, de controle (os tribunais de conta, as corregedorias etc.).

A sociedade global, estimulada pelos formadores de opinião, não tem sido capaz de captar a verdade do Judiciário. Sob um cerco total de má-vontade e desinformação, vemos exageradas as nossas deficiências e erros. “Sobre a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia” – parodiemos o slogan do velho Eça de Queiroz. E qual é a nossa verdade? Antes de enunciá-la, reconheçamos nossos erros e dificuldades, algumas conjunturais, de mais fácil correção, outras estruturais, mais difíceis. Recente pesquisa da OAB, mostrou que 55% da população mal conhece o Judiciário. E é ela a segunda instituição menos confiável do país.

Nosso programa para o ano que se inicia é, pois, estabelecer a verdade da distribuição de Justiça em nosso Estado e vê-la reconhecida, senão por todos, ao menos pela maioria de nossos concidadãos.

Miguel Pachá – Presidente do TJ/RJ Informativo TJ/RJ e EMERJ, n.12

01 - O texto é claramente argumentativo e se estrutura em torno de uma tese, que é explicitada em:

- a) “...a realidade do Judiciário e a necessidade da sua reforma foram, nos últimos meses, deformados pelo ‘ manto diáfano da fantasia’ ”;
- b) “...reconheçamos nossos erros e dificuldades, algumas conjunturais, de mais fácil correção, outras estruturais, mais difíceis.”;
- c) “Em muitas sociedades tradicionais a norma de estabilidade é a do ‘poder trava poder’ ”;
- d) “Nosso programa para o ano que se inicia é, pois, estabelecer a verdade da distribuição de Justiça em nosso Estado...”;

e) “A autonomia dos poderes – lembremos ainda uma vez – é a única garantia que temos da estabilidade da República e, em última instância, da continuidade do regime democrático...”.

1. **Resposta: A – Obs.:** “**Tese** – tomada de posição diante de um tema (idéia-núcleo de um texto) que será desenvolvida nos parágrafos seguintes. A tese, em geral, é apresentada na introdução e continua a ser trabalhada ao longo do texto.” (Sarmiento & Tufano).
O autor defende a tese de que as críticas ao Poder Judiciário são injustas, apresentando argumentos (justificativas).

Comentário:

- b) É uma aceitação parcial de uma crítica ao Judiciário, para, em seguida, refutá-la.
- c) É um argumento em defesa do controle interno do Judiciário.
- d) É um argumento em defesa do Judiciário.
- e) É um argumento favorável à autonomia dos poderes e contra o controle externo do Judiciário.

02 - No segmento “Reforma do Judiciário”, o termo “do Judiciário” indica um paciente do termo anterior. O item em que o termo destacado possui valor diferente é:

- a) “aplicação da lei”;
- b) “distribuição de Justiça”;
- c) “formadores de opinião”;
- d) “verdade do Judiciário”;
- e) “deslocamentos de advogados”.

2. **Resposta: D – Paciente** (= complemento nominal) – corresponde ao sujeito paciente, com verbo na voz passiva); **Agente** (= adjunto adnominal) – corresponde ao sujeito agente, com verbo na voz ativa.

Reforma do judiciário = o Judiciário é reformado (paciente); verdade da Justiça = a Justiça tem verdade (agente).

Comentário:

- a) aplicação da lei = a lei é aplicada (paciente);
- b) distribuição da Justiça = a Justiça é distribuída (paciente);
- c) formadores de opinião = opinião é formada (paciente);
- e) deslocamentos de advogados = advogados são deslocados (paciente)

03 - A deformação da realidade do Judiciário e da sua reforma, aludida no primeiro parágrafo do texto, só **NÃO** aparece referida ou inferida em:

- a) “Comemoramos o nosso dia (8 de dezembro) sob o fogo cruzado da má-vontade e da desinformação.”;
- b) “A polícia não prende, não investiga e nós, presos à aplicação da lei, pagamos o pato.”;
- c) “Além disso, há um cipoal de leis, medidas provisórias e atos normativos que acabam por travancar os nossos corredores.”;
- d) “Sob um cerco total de má-vontade e desinformação, vemos exageradas as nossas deficiências e erros.”;
- e) “A autonomia dos poderes – lembremos ainda uma vez – é a única garantia que temos da estabilidade da República e, em última instância, da continuidade do regime democrático – o pior de todos, com exceção dos outros.”

3. **Resposta: E – Deformação** é um aspecto negativo em relação ao Judiciário. A autonomia dos poderes é um argumento do autor, que está contra o controle externo do Judiciário, portanto é positivo.

Comentário:

- a) O autor critica os que acusam o Judiciário sem argumentos válidos: “sob o fogo cruzado da má-vontade e da desinformação”.
- b) O autor se defende das críticas, dizendo que a culpa é da polícia.
- c) O autor culpa a legislação, “por travancar” o Judiciário.
- d) A mesma justificativa da alternativa a.

04 - “Um espectro ronda a Justiça brasileira neste final de ano:...”. O dicionário de língua portuguesa de Aurélio Buarque de Hollanda registra uma série de significados para a palavra espectro; em função do texto, o significado dicionarizado mais adequado desse vocábulo no contexto é:

- a) “fantasma”;
- b) “figura imaterial, real ou imaginária, que povoa o pensamento”;
- c) “aparência vã de uma coisa”;
- d) “aquilo que constitui ameaça”;
- e) “pessoa esquelética, esquelética”.

4. **Resposta: D** – **Obs.:** É necessário observar o contexto para verificar o significado das palavras. O vocábulo “espectro” está usado em sentido conotativo, significando, ameaça à estabilidade da Justiça (aquilo que constitui ameaça). Se substituirmos a palavra “espectro”, na segunda ocorrência, pelo significado expresso nas alternativas, verificaremos que somente o que está na d é adequado: “aquilo que constitui ameaça” porque a realidade do Judiciário e a necessidade da sua reforma foram, nos últimos meses, deformados pelo “manto diáfano da fantasia”.

05 - “Um espectro ronda a Justiça brasileira neste final de ano: a Reforma do Judiciário.”; o “Guia de uso de Português”, de Maria Helena de Moura Neves, p. 269, aponta alguns casos de emprego de dois pontos. O item que indica o caso adequado ao fragmento destacado do texto é:

- a) enumeração;
- b) explicitação;
- c) explicação;
- d) exemplificação;
- e) fala de personagem.

5. **Resposta: B** – **Explicitação** é esclarecimento, síntese. O autor esclarece que tipo de espectro ronda a Justiça brasileira neste final de ano.

Veja exemplos de uso de dois-pontos, referentes às demais alternativas:

- a) **enumeração** – Tudo o maravilhava: o mar, a montanha, os parques, as pessoas.
- c) **explicação** – (geralmente subentende-se uma conjunção explicativa): Apague a luz: quero dormir (= apague a luz, pois quero dormir).
- d) **exemplificação** – Exemplo de animais vertebrados: boi, cavalo, gato.
- e) **fala da personagem** – “A mãe se preocupando com a inocência dela:
- Quase uma mocinha e até hoje ainda deve acreditar na cegonha.” (*A Volta por cima, Fernando Sabino*)

06 - O texto é elaborado por um membro do Judiciário e dirigido a profissionais do mesmo espaço profissional; o item que **NÃO** o comprova é:

- a) “Comemoramos o nosso dia (8 de dezembro) sob o fogo cruzado da má-vontade e da desinformação.”;

- b) “Sob um cerco total de má-vontade e desinformação, vemos exageradas as nossas deficiências e erros.”;
- c) “A sociedade global, estimulada pelos formadores de opinião, não tem sido capaz de captar a verdade do Judiciário.”;
- d) “A polícia não prende, não investiga e nós, presos à aplicação da lei, pagamos o pato.”;
- e) “Além disso, há um cipoal de leis, medidas provisórias e atos normativos que acabam por travancar nossos corredores.”

6. **Resposta: C** – O autor fala sobre a sociedade global, não usando marcas lingüísticas da primeira pessoa do plural.

Comentário:

Nas demais alternativas, o autor usa marcas lingüísticas da primeira pessoa do plural: verbos e o pronome “nosso”:

- a) Comemoramos, nosso;
- b) vemos, nossas;
- d) nós, pagamos;
- e) nossos.

07 - Com o emprego do vocábulo “cipoal”, no segundo parágrafo do texto, o autor mistura duas idéias:

- a) quantidade e dificuldade;
- b) complicação e autoridade;
- c) irresponsabilidade e confusão;
- d) clareza e precisão;
- e) legalização e qualidade.

7. **Resposta: A** – Segundo o dicionário Aurélio, “cipoal” significa “mata abundante de cipós tão enredados que dificultam o trânsito”; em sentido figurado, significa “situação difícil”; “dificuldade”; “complicação”. Juntando o sentido denotativo (abundante) com o conotativo (dificuldade), chegamos à alternativa a: “grande número de leis, medidas provisórias e atos normativos (=abundante) que acabam por travancar nossos corredores” (= dificuldade)..

08 - Relação EQUIVOCADA entre adjetivo / substantivo é:

- a) normativos / norma;
- b) eficazes – eficácia;
- c) conjunturais – conjectura;
- d) tradicionais – tradição;
- e) sistêmico – sistema.

8. **Resposta: C** – O substantivo adequado para o adjetivo “conjunturais” é “conjuntura” (= situação, circunstância).

Obs.: conjeturais – conjuntura (= suposição, hipótese).

09 - *Etc.* é uma expressão latina. O livro “Não perca o seu latim”, de Paulo Rónai, indica vocábulos e expressões latinas bastante comuns em textos jurídicos; o item cujo latinismo tem seu significado INCORRETAMENTE indicado é:

- a) *alibi* – ausência do acusado no lugar do crime, provada pela sua presença noutro lugar;
- b) *habeas corpus* – garantia constitucional outorgada em favor de quem sofre ou está na iminência de sofrer coação ou violência;

- c) *quorum* – número máximo de pessoas presentes necessário para que um órgão funcione;
- d) *ad hoc* – designado para executar determinada tarefa;
- e) *a priori* - anteriormente à experiência.

9. **Resposta: C** – O termo “*quorum*” significa “número mínimo de pessoas presentes exigido por lei ou estatuto para que um órgão coletivo funcione.” (*Aurélio*)

10 - **ETC.** é uma forma abreviada de *et coetera*, que significa “e outras coisas”; a afirmação correta a respeito do uso dessa expressão, segundo o *Formulário Ortográfico*, é:

- a) a forma é sempre seguida de ponto;
- b) nunca é precedida de vírgula;
- c) só é empregada em relação a pessoas;
- d) quando termina a frase, a abreviatura pode ser seguida de ponto final;
- e) só é empregada em relação a coisas.

10. **Resposta: A** – A forma “*etc.*” é sempre seguida de ponto.

Obs.: “Se a palavra abreviada aparecer em final de período, este não receberá outro ponto; nesse caso, o ponto de abreviatura marca também fim de período. Ex.: *Comprei maçãs, peras, abacates, melões, etc. (e não: etc.)*” (*Sacconi*)

- b) A vírgula, antes de “*etc.*”, é facultativa.
- c) Pode ser empregada em relação a coisas e a pessoas.
- d) A abreviatura é sempre seguida de ponto final. Veja a observação da alternativa a.
- e) Pode ser empregada em relação a coisas e a pessoas.

11 - “Temos oferecido...”; esse tempo verbal apresenta, no início do terceiro parágrafo, o seguinte valor:

- a) um fato posterior ao momento em que se fala;
- b) um fato futuro em relação a um fato passado;
- c) um fato passado, visto como concluído;
- d) dá atualidade a fatos passados;
- e) fatos passados, repetidos no presente.

11. **Resposta: E** – O pretérito perfeito composto em “Temos oferecido...” exprime uma ação iniciada no passado e que continua no presente (= oferecemos no passado e continuamos oferecendo no presente).

Obs.: O pretérito perfeito composto é feito do presente do indicativo do verbo *ter* (ou *haver*), seguido do particípio do verbo principal.

Exemplos referentes às demais alternativas:

- a) Na próxima semana, *irei* a Curitiba (futuro do presente).
- b) Na semana passada, você prometeu que me *visitaria* (futuro do pretérito).
- c) Cila *passou* as férias em Barcelona (pretérito perfeito simples).
- d) A Revolução de 1930 *é* cuidadosamente planejada para ter início simultaneamente em várias regiões do país (chamado presente histórico ou narrativo, substituindo o pretérito perfeito).

12 - “A polícia não prende, não investiga e nós, presos à aplicação da lei, pagamos o pato.”; esse trecho de nosso texto mostra que:

- a) o Judiciário é o único poder que respeita a lei;
- b) o Poder Judiciário recebe a culpa de erros alheios;
- c) a polícia não está presa à lei;

- d) o Poder Judiciário causa inúmeros problemas à polícia;
- e) o respeito às leis prejudica a imagem do Poder Judiciário.

12. **Resposta: B** – A sociedade critica a Justiça por não agir, quando, na realidade, o erro é da polícia que não prende nem apresenta provas.

Comentário:

- a) O trecho não diz que o Judiciário é o único poder que não respeita a lei; o que afirma é que só age estritamente dentro da lei.
- c) O fato de a polícia não prender nem investigar não significa que não está presa à lei, mas, sim, que é incompetente na sua função.
- d) Esta alternativa é absurda,.
- e) Não é o respeito às leis que prejudica o Poder Judiciário, mas a incompetência da polícia.

13 - A sigla OAB significa:

- a) Organização Advocatícia do Brasil;
- b) Ordem dos Advogados do Brasil;
- c) Ordem de Assistência a Brasileiros;
- d) Organização Assistencial Brasileira;
- e) Organização de Advogados Brasileiros.

13. **Resposta: B** – Como todos sabem, OAB significa Ordem dos advogados do Brasil.

14 - Entre o segundo e o terceiro parágrafos do texto, em função dos significados por eles veiculados, poderíamos inserir o conectivo:

- a) apesar de;
- b) porque;
- c) ainda que;
- d) contanto que;
- e) nem.

14. **Resposta: A** – O segundo parágrafo apresenta aspectos que prejudicam o bom andamento do Judiciário. Apesar de (=apesar disso (dos aspectos negativos), a Justiça tem oferecido “à sociedade idéias e propostas de melhoria da prestação de Justiça”. A locução prepositiva “apesar de” invalida os obstáculos, que são os aspectos negativos, e dá destaque à boa administração.

Comentário:

- b) Não há uma relação de causa.
- c) O conectivo “ainda que” invalidaria os aspectos positivos, o que corresponderia à seguinte estrutura: Ainda que (=embora) a Justiça tenha oferecido idéias e propostas de melhoria da prestação de Justiça, é importante destacar os aspectos negativos.
- d) O conectivo “contanto que” expressa “condição”, “possibilidade”, o que tornaria o texto incoerente.
- e) Não há uma relação de adição, expressa pela conjunção “nem”, mas de oposição.

15 - O item que apresenta uma afirmação coerente com os vocábulos presentes no título do texto é:

- a) a fantasia representa o ideal de Justiça que todos perseguem;

- b) a verdade se refere aos exageros da imprensa;
- c) a fantasia representa os bons serviços prestados pela Justiça;
- d) a verdade se refere aos bons e maus aspectos do Judiciário;
- e) a fantasia representa as boas obras não difundidas.

15. **Resposta: D** – A verdade, segundo o texto, representa a realidade do Judiciário, com aspectos negativos e positivos.

Comentário:

a), b), c) e e) A fantasia se refere, segundo o texto, às críticas (infundadas) daqueles que desejam denegrir a imagem do Poder Judiciário.

16 - "...55% da população brasileira mal conhece o Judiciário."; uma gramática de língua portuguesa afirma que "quando o sujeito for expresso por número percentual ou fracionário, o verbo concordará com o numeral, mas que é comum, entretanto, encontrarem-se exemplos de frases com o verbo concordando com a expressão que acompanha o numeral". Nesse caso, podemos dizer que, segundo a orientação gramatical:

- a) o autor do texto errou na concordância verbal;
- b) o termo "população brasileira" deveria ser colocado no plural;
- c) a única forma possível do verbo seria "conhecem";
- d) havia outra possibilidade de concordância verbal;
- e) a concordância empregada na frase pertence à linguagem popular.

16. **Resposta: D** – Segundo a maioria das gramáticas, o verbo pode concordar com o número percentual ou com o substantivo que lhe segue. Assim, a forma verbal pode ser conhece (concordando com população) ou conhecem (concordando com 55).

Comentários:

- a) não houve erro.
- b) O termo população brasileira tem de ficar no singular.
- c) Como vimos, há duas possibilidades de concordância.
- e) É culto o verbo concordar com o nome, tratando-se de números percentuais ou fracionários.

17 - Ao dizer que o regime democrático é "o pior de todos, com exceção dos outros", o autor do texto quer dizer que esse regime:

- a) é o pior de todos, em seus modelos atuais;
- b) é o pior de todos, historicamente falando;
- c) é o pior de todos, comparado aos demais;
- d) é o melhor de todos, comparado aos demais;
- e) é tão bom quanto os demais.

17. **Resposta: D** – Se o regime democrático é o pior de todos, com exceção dos outros, significa dizer que os outros são piores do que o regime democrático. Logo, o regime democrático é o melhor de todos. A expressão Com exceção dos outros faz com que o pior signifique o melhor.

18 - O segmento do texto que mostra um equívoco do editor do texto no emprego da vírgula é:

- a) "...a realidade do Judiciário e a necessidade de sua reforma foram, nos últimos meses, deformados...";
- b) "...distribuição de Justiça em nosso Estado e vê-la reconhecida, senão por todos, ao menos pela maioria...";

- c) “Recente pesquisa da OAB, mostrou que 55% da população mal conhece o Judiciário.”;
- d) “De resto, temos à disposição diversos mecanismos endógenos, eficazes, de controle...”;
- e) “...o pior de todos, com exceção dos outros...”.

18. **Resposta: C** – Não se coloca vírgula entre sujeito e verbo (Recente pesquisa da OAB – sujeito; mostrou – verbo).

Comentário:

- a) As vírgulas separam o adjunto adverbial deslocado nos “últimos meses”.
Obs.: Chama-se adjunto adverbial deslocado quando ele está no início ou no meio da oração.
- b) As vírgulas separam o adjunto adverbial deslocado “senão por todos”.
- d) A vírgula separa a expressão denotativa de adição “de resto” (= além disso).
- e) A vírgula separa a expressão denotativa de exclusão com exceção dos outros.

19 - “De resto, temos à disposição diversos mecanismos endógenos, eficazes, de controle...”; a idéia aqui presente se repete aproximadamente em:

- a) “Quanto ao apregoado controle do Judiciário, pensamos que antes deveria vir de dentro que de fora...”;
- b) “A sociedade global, estimulada pelos formadores de opinião, não tem sido capaz de captar a verdade do Judiciário.”;
- c) “Sobre a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia”;
- d) “A autonomia dos poderes[...] é a única garantia que temos da estabilidade da República...”;
- e) “Falar em cidadania é falar em Judiciário.”

19. **Resposta: A** – O termo “endógenos” significa que se forma no interior, que vem de dentro. Esta alternativa repete, por outras palavras o sentido do enunciado: “...que antes deveria vir de dentro que de fora...”.

20 - A expressão “lembramos ainda uma vez”, inserida no quarto parágrafo do texto, indica que:

- a) essa mesma idéia já foi expressa anteriormente no texto;
- b) o autor se refere a uma outra publicação de sua autoria;
- c) os leitores esquecem facilmente de coisas importantes;
- d) é uma informação importante e de pouco conhecimento dos cidadãos;
- e) é um conhecimento que é necessário repetir, dada sua importância.

20. **Resposta: E** – Por exclusão das demais alternativas, facilmente chegaremos à resposta certa. A intenção do autor é enfatizar que “A autonomia dos poderes é a única garantia que temos da estabilidade da República e, em última instância, da continuidade do regime democrático – o pior de todos, com exceção dos outros”.

Comentários:

- a) Essa mesma idéia não foi expressa no parágrafo anterior. No quarto parágrafo falou-se em autonomia financeira: “A autonomia financeira deu ao nosso Tribunal a possibilidade de ser um dos melhores do país...”
- b) O autor não fala em outras publicações.
- c) O texto não afirma que os leitores esquecem facilmente coisas importantes.
- d) Para o autor, é uma informação importante, mas, em nenhum momento, ele afirma que é de pouco conhecimento dos cidadãos.

21 - A respeito do controle do Poder Judiciário, podemos dizer que a posição do autor do texto é:

- a) favorável, desde que esse controle seja interno;

- b) favorável, desde que esse controle não seja feito por tribunais de conta, etc;
- c) favorável, se não for contaminado por má-vontade e desinformação;
- d) desfavorável, pois se perderia a estabilidade da República;
- e) desfavorável, porque todo controle é perigoso.

21. **Resposta: A** – O autor afirma explicitamente que é favorável ao controle, desde que seja interno: “Ao invés do controle externo, sempre perigoso, talvez se pudesse confiar mais nesse controle sistêmico. De resto, temos à disposição diversos mecanismos endógenos, eficazes, de controle (os tribunais de conta, as corregedorias etc.).”

Comentário:

- b) Os tribunais de contas são uma forma de controle interno.
- c) Sem fundamento.
- d) e e) O autor é favorável ao controle.

22 - O item cujo conector sublinhado tem valor semântico de causa é:

- a) “...deformados pelo manto diáfano da fantasia.”;
- b) “O Judiciário não pode ser culpabilizado pelo que a mídia chama com exagero de impunidade.”
- c) “...deveria vir antes de dentro que de fora, pelo ajuste de normas e práticas processuais,...”
- d) “A sociedade global, estimulada pelos formadores de opinião,...”;
- e) “...vê-la reconhecida, senão por todos, ao menos pela maioria dos nossos concidadãos.”

22. **Resposta: B** – O que a mídia chama com exagero de impunidade é a causa de o Judiciário não poder ser culpabilizado. Poderíamos reescrever essa frase assim: *O Judiciário não pode ser culpabilizado por causa do que a mídia chama de impunidade.*

Comentário:

- a) Indica o agente da passiva, correspondente ao sujeito da voz ativa (= O “manto diáfano da fantasia” – *sujeito da ação* – deformou a realidade do Judiciário e a necessidade da sua reforma).
- c) Indica o modo deveria vir o controle do Poder Judiciário.
- d) Indica o agente da passiva (= Os estimuladores de opinião – *sujeito agente* – estimulam a sociedade global).
- e) Indica o agente da passiva (=Nosso programa para o ano que se inicia é, pois, estabelecer a verdade da distribuição de Justiça em nosso Estado é ver que, senão todos, ao menos a maioria de nossos concidadãos – *sujeito agente* – a reconheçam).

23 - Segmento do texto que mostra uma expressão de nível de linguagem bem diferente da formalidade do texto é:

- a) “...o pior de todos, com exceção dos outros...”;
- b) “E é ela a segunda instituição menos confiável do país.”;
- c) “...presos à aplicação da lei, pagamos o pato.”;
- d) “E qual é a nossa verdade?”;
- e) “Sob um cerco total de má-vontade e desinformação...”

23. **Resposta: A** – A expressão “pagamos o pato” é própria da linguagem popular, significando, em linguagem culta, “pagamos por aquilo que não devemos”.

24 - Em relação aos “mecanismos endógenos”, referidos no 4º. parágrafo do texto, analise os itens a seguir:

- I - “...antes vir de dentro que de fora, pelo ajuste de normas e práticas processuais,...”;

- II - “Em muitas sociedades a norma de estabilidade é a do ‘poder trava poder’.”;
- III - “Ao invés do controle externo, sempre perigoso, talvez se pudesse confiar mais nesse controle sistêmico.”.

Os mecanismos referidos no enunciado correspondem a:

- a) I – III;
- b) I – II – III;
- c) II – III;
- d) I – II;
- e) III.

24. **Resposta: B** – Todas as afirmativas se referem a mecanismos endógenos, isto é, que vêm de dentro para fora:

Comentário:

I. Certa – “antes vir de dentro para fora”.

II. e III. Certas – A expressão “poder trava poder” é um mecanismo endógeno, isto é, interno: “Em muitas sociedades tradicionais a norma de estabilidade é a do “poder trava poder. Ao invés do controle externo, sempre perigoso, talvez se pudesse confiar mais nesse controle sistêmico”. A expressão “nesse controle sistêmico refere-se a “poder trava poder”, que está em oposição ao controle externo, portanto, tanto “poder trava poder, como “controle sistêmico” pertencem ao controle interno.

25 - “Recente pesquisa da OAB, mostrou que 55% da população mal conhece o Judiciário. E é ela a segunda instituição menos confiável do país.”; sobre esse segmento pode-se dizer que:

- a) o termo “mal” equivale semanticamente a “imperfeitamente”;
- b) o pronome “ela” substitui o Poder Judiciário, citado anteriormente;
- c) “menos confiável” corresponde a uma forma de superlativo;
- d) o segundo período do segmento mostra algo que a pesquisa não mostrou;
- e) decorre a informação de que há muitas outras instituições não confiáveis.

6. **Resposta: C** – A expressão “menos confiável” corresponde ao superlativo relativo de superioridade (= é a menos confiável de todas as instituições do país).

Comentário:

a) O termo *mal* (oposto a bem), no contexto é um advérbio de intensidade, significando “pouco”.

Obs.: Na frase “ Ele trabalha mal”, *mal* é advérbio de modo e significa “incorretamente”.

b) O pronome “ela” refere-se a OAB.

d) O segundo período transmite uma informação negativa sobre a OAB, tentando desacreditar a pesquisa: “menos confiável”.

e) O que se deduz é que há outras instituições não confiáveis, o que pode não significar muitas.

Da questão 26 à questão 40, você terá cinco formas da mesma frase; você deve indicar a de forma mais adequada e correta, segundo a norma culta.

26 –

- a) Os juízes interviam quando viram os réus frente a frente;
- b) Os juízes intervieram quando viram os réus frente à frente;
- c) Os juízes intervieram, quando viram os réus frente a frente;
- d) Os juízes interviam, quando viram os réus frente à frente;
- e) Os juízes intervieram quando viram os réus frente a frente.

26. **Resposta: E** – O verbo “intervir” conjuga-se como o verbo “vir”: *vieram – intervieram*; não se admite crase com palavras repetidas, portanto o correto seria *frente a frente*. Com isso, já se eliminam as alternativas a (interviram), b (frente à frente) e d (interviram / frente à frente). Embora seja correto colocar vírgula antes das orações adverbiais (como foi feito na alternativa c), por estar na ordem direta, isto é, depois da principal, é mais adequado (não errado) vir sem vírgula. Assim, a alternativa mais adequada é a e.

Obs.: Se a oração adverbial temporal viesse antes da principal, seria obrigatoriamente separada por vírgula: *Quando vieram os réus frente a frente, os juízes intervieram*.

27 –

- a) As decisões dos juízes nada tem a ver com os réus;
- b) As decisões dos juízes nada tem haver com os réus;
- c) As decisões dos juízes nada têm a ver com os réus;
- d) As decisões dos juízes nada têm a haver com os réis;
- e) As decisões dos juízes nada têm a ver com os réis.

27. **Resposta: C** – Como o núcleo do sujeito está no plural (decisões), o verbo fica no plural: *têm*. Isso invalida as alternativas a, d e e. A expressão correta é “nada a ver”, que significa “nada para ver”, o que elimina as alternativas b e d. O plural de “réu” é “réus”, eliminando as alternativas d e e. Com isso, a única alternativa correta é a c.

28 -

- a) Com exceção da referência às leis, Vossa Excelência, o deputado, falou bem;
- b) Com excessão da referência às leis, Sua Excelência, o deputado, falou bem;
- c) Com excessão da referência as leis, Sua Excelência, o deputado, falou bem;
- d) Com exceção da referência as leis, Vossa Excelência, o deputado, falou bem;
- e) Com exceção da referência às leis, Sua Excelência, o deputado, falou bem.

28. **Resposta: E** – Usa-se “Vossa Excelência” nos diálogos (quando falamos diretamente com a pessoa) e “Sua Excelência” nos relatos (quando falamos sobre a pessoa). Como existe a expressão “o deputado”, é sinal de que falamos dele, portanto o correto é “Sua Excelência”, eliminando as alternativas a e d. A forma correta é “exceção”, eliminando b e c. O correto é “referência às leis” (complemento nominal feminino), invalidando c e d.

Obs.: Sempre que pudermos trocar a palavra feminina por uma masculina qualquer precedida de ao(s), haverá crase: Fiz referência às leis / Fiz referência aos documentos. **Mas:** conheço as leis / Conheço os documentos. (Neste caso não há correlação às / aos, por isso não ocorre crase).

29 –

- a) Se alguém vir o processo, retire-o do pacote em que está;
- b) Se alguém ver o processo, retira-o do pacote em que está;
- c) Se alguém ver o processo, retire ele do pacote em que está;
- d) Se alguém vir o processo, retira-o do pacote em que está;
- e) Se alguém ver o processo, retire-o do pacote em que está.

29. **Resposta: A** – O futuro do subjuntivo do verbo “ver” é se eu “vir”, se tu “vires”, se ele “vir”... A forma “retire” corresponde à terceira pessoa do singular (*retira* – corresponde a tu). Usa-se o e não ele como objeto direto.

30 –

- a) A palestra estava meia chata, mas haviam bastantes razões para ficar lá;
- b) A palestra estava meio chata, mas havia bastantes razões para ficar lá;
- c) A palestra estava meio chata mas havia bastantes razões para ficar lá;
- d) A palestra estava meia chata mas havia bastantes razões para ficar lá;
- e) A palestra estava meia chata, mas haviam bastante razões para ficar lá.

30. **Resposta: A**

Comentário:

Usa-se “meio” como advérbio de intensidade (=um pouco) – meio chata.

Obs.: Como adjetivo, “meio” é variável: *meio pêssego, meia laranja, meias palavras*. Usa-se “bastantes”, significando “muitos”, “muitas”; é pronome indefinido: *bastantes razões*.

Obs.: Referindo-se a verbo ou a adjetivo, “bastante” é advérbio (=muito), por isso, invariável: *Trabalhamos bastante / Somos bastante responsáveis*. É também variável a forma “bastante”, significando “suficiente”. Nesse caso, vem depois de substantivo e é adjetivo: *Temos provas bastantes*.

31 –

- a) A ascensão ao novo cargo, encheu o juiz de orgulho;
- b) A ascenção ao novo cargo encheu de orgulho o juiz;
- c) A ascensão ao novo cargo encheu o juiz de orgulho;
- d) A ascenção ao novo cargo, encheu, de orgulho, o juiz;
- e) A ascenção ao novo cargo encheu de orgulho, o juiz.

31. **Resposta: C**

Comentário:

- a) Não se coloca vírgula entre sujeito e verbo, por isso a vírgula depois de “cargo” está errada.
- b) A forma correta é “ascensão”.
- d) A forma correta é “ascensão”; não há vírgula depois de “cargo”, separando o sujeito do verbo; não há vírgula depois de “encheu”, pois não se separa o verbo do objeto indireto; não há vírgula depois de “orgulho”, visto que não se põe vírgula entre o objeto direto e o indireto e vice-versa.
- e) A forma correta é “ascensão”; não há vírgula depois de “orgulho”, porque não se separa o objeto indireto do direto.

32 -

- a) Há cerca de dez metros ficava a sede da OAB;
- b) A cerca de dez metros ficava a sede da OAB;
- c) Acerca de dez metros ficava a séde da OAB;
- d) Acerca de dez metros ficava a sede da OAB;
- e) A cerca de dez metros ficava a séde da OAB.

32. **Resposta: B**

Comentário sobre as incorretas:

- a) “A cerc” significa “à distância aproximada”: *A cerca de dez metros*.

Obs.: “acerca de” significa “a respeito de”, “sobre”: *Falei acerca de poesia*.

“A cerca”, também significa “a proteção”, “o muro”: *O animal derrubou a cerca do terreno.*
“Há cerca” significa “faz aproximadamente” (tempo passado) ou “existem aproximadamente”:
Viajamos há cerca de vinte dias / Aqui há aproximadamente quarenta alunos.

- c) Correção: A cerca; não há razão para acentuar sede.
- d) Correção: A cerca.
- e) Correção: sede.

33 -

- a) O promotor esqueceu vários papeizinhos na gaveta;
- b) O promotor se esqueceu de vários papeiszinhas na gaveta;
- c) O promotor esqueceu-se de vários papeiszinhas na gaveta;
- d) O promotor esqueceu vários papeiszinhas na gaveta;
- e) O promotor se esqueceu vários papeizinhos na gaveta.

33. **Resposta: A**

Comentário:

O verbo “esquecer” apresenta duas regências: é transitivo direto, isto é, tem complemento direto sem preposição, se não for pronominal: *O promotor esqueceu vários papeizinhos* (a alternativa a está correta); é transitivo indireto, ou seja, possui complemento com preposição, caso seja pronominal: *O promotor esqueceu-se de vários papeizinhos*.

Plural dos diminutivos: coloca-se a palavra primitiva no plural, suprime-se o s, e acrescenta-se zinhos ou zinhas: *florzinha – flores – flore + zinhas = florezinhas*; *papelzinho: papéis – papei + zinhos = papeizinhos*.

Corrigindo *b*, *c*, *d*, e *e*: O promotor se esqueceu (ou esqueceu-se) de vários papeizinhos na gaveta.

34 –

- a) Os advogados, inquietos, esperavam o resultado do processo;
- b) Inquietos, os advogados esperavam, o resultado do processo;
- c) Os advogados, esperavam inquietos o resultado do processo;
- d) Os advogados, esperavam, inquietos, o resultado do processo;
- e) Os advogados inquietos o resultado do processo esperavam.

34. **Resposta: A**

Comentários sobre as incorretas:

- b) Não se coloca vírgula entre verbo e objeto direto. Correção: *Inquietos*, (vírgula correta, predicativo anteposto ao verbo) os advogados esperavam o resultado do processo.
- c) e d) Não se coloca vírgula ente sujeito e verbo (primeira ocorrência); o predicativo “inquietos” não se separa por vírgulas. Correção: Os advogados esperavam inquietos o resultado do processo.
- e) Oração confusa, por não estar na ordem direta. Além disso, o predicativo, como está antes do verbo, deveria vir entre vírgulas. Correção: *Os advogados, inquietos, esperavam o resultado do processo*.

35 -

- a) O Tribunal funciona, aos sábados, das 7 as 12 horas;
- b) O Tribunal funciona aos sábados de 7 à 12 horas;
- c) O Tribunal funciona, aos sábados, de 7 às 12 horas;
- d) O Tribunal funciona, aos sábados, das 7 às 12 horas;
- e) O Tribunal, aos sábados, funciona, de 7 à 12 horas.

35. **Resposta: D** – Com horas determinadas, a crase é obrigatória. Além disso, por paralelismo, antes do primeiro numeral não se usa de, mas das (preposição + artigo): *das 7 às 12 horas*. Com isso, eliminam-se todas as alternativas, com exceção da d.

36 -

- a) Em princípio, nenhuma foto pode estar anexo à mensagem;
- b) A princípio, nenhuma foto pode estar em anexo à mensagem;
- c) Em princípio, nenhuma foto pode estar anexa à mensagem;
- d) A princípio, nenhuma foto pode estar anexa a mensagem;
- e) Em princípio nenhuma foto pode estar em anexo a mensagem.

36. **Resposta: C**

Comentário:

“Em princípio” significa “em tese”, “teoricamente”: *Em princípio, nenhuma foto pode estar anexa à mensagem*.

“A princípio” significa “no começo”, “inicialmente”: *A princípio ele mostrava-se nervoso; com o passar do tempo, tranquilizou-se*.

O termo “anexo” concorda com o substantivo a que se refere: foto anexa, fotos anexas, documento anexo, documentos anexos.

Obs.: A expressão “em anexo” é invariável: *fotos em anexo, documentos em anexo*.

O adjetivo “anexo” exige complemento nominal, por isso a crase. Veja a substituição por palavra masculina: *anexo à mensagem (anexo ao convite)*

37 -

- a) Espero que lhes tenha prevenido de que quero apartes durante a sessão;
- b) Espero que os tenha prevenido que quero apartes durante a seção;
- c) Espero que os tenha prevenido de que quero apartes durante a sessão;
- d) Espero que lhes tenha prevenido que quero apartes durante a seção;
- e) Espero que os tenha prevenido de que quero apartes durante a seção.

37. **Resposta: C**

Comentário:

O verbo “prevenir” é transitivo direto de pessoas e transitivo indireto de coisas: *prevenir alguém de alguma coisa*. Como sabemos, usa-se o / a para objeto direto e lhe para objeto indireto: *Espero que os (o.d) tenha prevenido de que quero apartes (o.i.)*.

Aqui, emprega-se “sessão”, significando “reunião”.

Obs.: seção ou secção = corte, divisão; cessão = ato de ceder.

38 -

- a) A vítima estava obcecada pelo som dos alto-falantes;
- (b) A vítima estava obsecada pelo som dos altofalantes;

- c) A vítima estava obcecada pelo som dos altofalantes;
- d) A vítima estava obsecada pelo som dos altofalantes;
- e) A vítima estava obcecada pelo som dos altofalante.

38. **Resposta: A**

Comentário:

É assim que se escreve: *obcecada*.
O plural de “alto-falante” é *alto-falantes*.

39 -

- a) Parecem ter havido bastantes erros no processo;
- b) Parece ter havido bastante erros no processo;
- c) Parecem ter havido bastante erros no processo;
- d) Parece ter havido bastantes erros no processo;
- e) Parece terem havido bastante erros no processo.

39. **Resposta: D**

Comentário:

Quando o verbo “haver” significa “existir”, “ocorrer”, fica no singular. Nesse caso o(s) auxiliares também fica(m) no singular.

Usa-se “bastantes” quando puder ser substituído por “muitos”, “muitas”. É pronome indefinido.

40 -

- a) Nunca mais existiu problemas entre mim e o promotor;
- b) Nunca mais existiram problemas entre mim e o promotor;
- c) Nunca mais existiu problemas entre eu e o promotor;
- d) Entre eu e o promotor, nunca mais existiram problemas;
- e) Entre mim e o promotor, nunca mais existiu problemas.

40. **Resposta: B**

Comentário:

O verbo “existir” concorda com o sujeito “problemas”: *existiram problemas*. Usa-se “eu” para sujeito e “mim” para complemento. Como a expressão iniciada por “entre” não é sujeito, exige “mim”: *entre mim e o promotor*. *Entre eu trabalhar e me divertir, prefiro a primeira opção*. Neste caso, usa-se “eu” porque é sujeito de “trabalhar”.

Henrique Nuno Fernandes

www.editoraferreira.com.br